

DECLARAÇÃO POLÍTICA DA CUPULA GLOBAL DE MULHERES E JOVENS INDÍGENAS

Nós, Mulheres Indígenas e Jovens de sete regiões socioculturais do mundo, reunidas na Cúpula Global de Mulheres e Jovens Indígenas em Belém do Pará, Brasil, no âmbito da 30ª Conferência das Partes da Convenção Quadro da ONU para as Mudanças Climáticas (CQNUMC), trazemos conosco as vozes dos nossos Povos, a sabedoria dos nossos ancestrais e nosso compromisso compartilhado de proteger a Mãe Terra e enfrentar a crise climática.

Nós expressamos nossa profunda preocupação com o agravamento da emergência ecológica e climática que ameaça a continuidade da vida na Terra. Esta crise ambiental também é espiritual, social e política. A crise se deriva de um modelo de desenvolvimento baseado na exploração, a dominação e nas desigualdades estruturais que afetam desproporcionalmente os Povos Indígenas, as Mulheres, as Mulheres com deficiência e os Jovens.

Enraizadas em nossas realidades vividas e embasadas no conhecimento tradicional, nós oferecemos a seguinte compreensão coletiva sobre a crise climática e sobre nosso papel como Mulheres Indígenas e Jovens.

NÓS RECONHECEMOS QUE:

- Os Povos Indígenas são guardiões da biodiversidade do planeta e administradores dos sumidouros de carbono fundamentais na Amazônia, na Bacia do Congo, no Ártico, na Ásia e nas Ilhas do Pacífico. Proteger nossas terras e territórios é indispensável para qualquer solução climática efetiva.
- Desde há muitas gerações, as Mulheres Indígenas estiveram em primeiro lugar na salvaguarda das terras, as águas, as sementes e as florestas, garantindo a soberania alimentar, a biodiversidade e a resiliência. Nós também somos as pessoas mais atingidas pela mudança climática e as mais ativas dando uma resposta ao problema.
- Nós, Mulheres Indígenas enfrentamos formas intersectadas de violência: como a violência de gênero, o deslocamento forçado, a criminalização e os danos ambientais, agravados pela crise climática e pela indústria extrativista. Esta violência climática é tanto ecológica quanto estrutural e está ancorada no colonialismo, no patriarcado e na injustiça sistêmica. Uma resposta climática efetiva deve confrontar essas realidades e priorizar a proteção, os direitos e a liderança das Mulheres Indígenas em toda a sua diversidade.



- Nós, as Juventudes Indígenas somos portadoras do conhecimento ancestral, da inovação, e do compromisso intergeracional. Nós devemos ser reconhecidas como atores políticos e não como simples beneficiários.



- Nossos sistemas Tradicionais de conhecimento, línguas, cultura e espiritualidade são elementos vitais do legado da humanidade. A sua perda é também um prejuízo que precisa ser reconhecido, prevenido e restaurado.

Construindo a partir deste reconhecimento, nós afirmamos os princípios e verdades que dão forma à nossa resistência, liderança e visão pela justiça climática.

NÓS AFIRMAMOS QUE:

- A crise climática é fundamentalmente uma crise de direitos, da justiça e da vida, ancorada no colonialismo, a exploração e a desigualdade estrutural. Para abordar esta crise é necessária uma transformação justa e urgente dos sistemas que continuam a danificar nossos Povos e a Mãe Terra.
- Os Povos Indígenas são detentores de conhecimentos fundamentais. A sua sabedoria ancestral, seus ensinamentos espirituais e os sistemas de governança são essenciais para restaurar a harmonia como a natureza. Estes conhecimentos devem ser valorizados no mesmo nível, junto com os conhecimentos científicos, em todos os espaços de tomada de decisões e das políticas climáticas.
- A autodeterminação, a soberania territorial e o reconhecimento da governança indígena são fundamentais para ações climáticas efetivas e a proteção da biodiversidade. Nós defendemos nosso direito de administrar, proteger e manter nossos territórios, águas e formas de vida em conformidade com nossa própria visão de mundo.



- Nós, Mulheres Indígenas e Juventudes somos atores políticos e detentores de direitos e sua liderança, agência e vozes devem ser plenamente reconhecidas, respeitadas e apoiadas em todos os níveis da governança climática.
- As defensoras do ambiente têm um papel essencial na proteção das florestas, as águas e os territórios para o benefício da humanidade toda. No entanto, elas continuam a enfrentar uma crescente perseguição, violência e até assassinatos, por levar adiante seu trabalho vital.
- Nossos corpos, terras e territórios são sagrados, são sistemas vivos que mantêm o equilíbrio climático global e a identidade cultural e devem ser honrados como espaços de vida, espírito e interconexão assim como, nunca serem reduzidos ao nível de mercadorias ou compensações de carbono.
- Nossas línguas, culturas e conhecimentos espirituais são inseparáveis da justiça climática, ao incorporar os princípios do cuidado, a reciprocidade e o equilíbrio, a sua proteção é essencial para salvaguardar a vida em todas as suas formas.
- Para os Povos Indígenas, as perdas e os danos incluem tanto os danos econômicos quanto as perdas não econômicas como: o apagamento de culturas, conhecimentos, línguas, e lugares sagrados, os quais, devem ser reconhecidos, restaurados e protegidos.
- Uma verdadeira Transição Justa deve romper com os modelos extrativistas e reunir as soluções lideradas por Indígenas, que estão embasadas nos direitos, na regeneração e na soberania comunitária sobre os territórios e os sistemas energéticos.
- O Financiamento climático é um direito, não um favor. Nossa presença nestes espaços não está garantida, ela foi conquistada através de gerações de luta, resistência e organização. Cada passo rumo ao reconhecimento e ao acesso foi o resultado de nosso esforço persistente para sermos ouvidas e para defender os nossos direitos. O financiamento climático deve, portanto, ser diretamente acessível para os Povo Indígenas e para as Mulheres Indígenas mediante mecanismos que nós mesmos controlemos, garantindo que os recursos estejam alinhados com as nossas prioridades, valores e visões para a justiça territorial e climática.

- Mulheres e crianças com deficiência enfrentam diferentes camadas interseccionais de discriminação, fazendo com que o acesso à saúde, educação, meios de subsistência e à justiça, seja crucial para exercer na vida cotidiana. Contudo, por conta da falta de dados discriminados, provas e programas, elas se mantêm invisibilizadas e ignoradas em todas as esferas, com medidas orientadas e pesquisas limitadas, a defesa e intervenção ainda representa um desafio.

A partir destes alicerces, nós fazemos um chamado aos governos, instituições e atores climáticos para agir com urgência, justiça e respeito pelos direitos, pelo conhecimento e pelas lideranças Indígenas.

NÓS SOLICITAMOS AOS ESTADOS, INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS E AO CQNUMC:

1. Reconhecer e garantir a proteção plena das terras, territórios e águas Indígenas como bases essenciais para a mitigação global e os esforços de adaptação assim como, reiterar explicitamente este compromisso no Documento de Ações da COP30, ao reconhecer que as terras indígenas, seus territórios e águas, ao longo das 7 regiões socioculturais, têm um papel decisivo na regulação do clima da Terra e na preservação da biodiversidade.
2. Garantir que os mecanismos do financiamento climático sob o CQNUMC, incluindo o Fundo Climático Verde, o Fundo de Adaptação, o Fundo dos Danos e as Perdas; assegurem o acesso aos recursos de forma direta, simplificada e culturalmente apropriada por parte das Juventudes de Mulheres Indígenas e das Mulheres com deficiência, visando a nossa inclusão nas estruturas de governança desses mecanismos enquanto, os fundos liderados por Indígenas são reconhecidos como atores fundamentais na distribuição direta dos recursos.
3. Garantir que a Meta Global de Adaptação (GGA pelas siglas em inglês) represente integralmente os direitos, os sistemas de conhecimento e as realidades vividas dos Povos Indígenas, as Mulheres, os Jovens e as Mulheres com deficiência, mediante a adaptação dos indicadores que estão separados pelo gênero, pela idade, pela etnicidade, pela “indigeneidade” ou condição de indígena, pelas terras ou pelos territórios. Também, mediante a integração das contribuições do conhecimento das Mulheres Indígenas tais como o cuidado das sementes, a agroecologia, o manejo das águas e florestas, na condição de componentes mensuráveis das estratégias de adaptação no âmbito nacional e global.

4. Garantir que a Transição Justa esteja enraizada nos direitos humanos, a autodeterminação Indígena e a equidade social assim como, que o Programa de Trabalho da Transição Justa inclua disposições claras para prevenir os possíveis danos por conta projetos relacionados à transição tais como; a mineração de minerais críticos ou as plantações de bionergia de larga escala.
5. Garantir a participação plena e efetiva dos Indígenas, as Mulheres, os Jovens e as Mulheres e Meninas com deficiência, em todos os níveis do processo da CQNUMC, incluindo as COP, os órgãos subsidiários e as delegações nacionais, mediante a acreditação, o financiamento, a interpretação e o apoio logístico para garantir o engajamento significativo nas negociações e na definição das políticas climáticas nacionais e internacionais.
6. Garantir a implementação plena das normas dos direitos humanos para proteger as Mulheres e Meninas, especificamente da **Recomendação Geral No. 39 da CEDAW** que reconhece direitos individuais e coletivos, assim como, das Declarações da ONU sobre Direitos dos Povos Indígenas e a Convenção ILO 169 entre outros, os quais devem estar contemplados nos planos de ação nacional, os mecanismos de financiamento e os resultados da COP30
7. Respeitar, proteger e integrar os sistemas de conhecimento Indígena, as línguas e as práticas culturais sobre a governança climática em todos os níveis, ao reconhecê-las como fontes essenciais para a ciência, a inovação e a resiliência. Enquanto isso, as Perdas e Danos devem reconhecer as perdas de culturas, línguas e conhecimentos de caráter não-econômico que precisam de redirecionamento e restauração.
8. Criar mecanismos institucionais para a proteção dos Defensores e as Defensoras Ambientais Indígenas como uma prioridade da justiça climática através da implementação nacional e internacional de providencias para prevenir a violência, a criminalização, a perseguição, especificamente de Mulheres e Jovens assim como, garantir o acesso à justiça, a segurança e o reconhecimento daqueles que defendem seus territórios e o bem-estar do planeta.
9. Reconhecer e proteger os Povos Indígenas e a Mulheres refugiados por consequência das Mudanças Climáticas, estabelecendo tipos de vistos especiais e medidas de proteção permanentes, alinhadas ao Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular. Assim como, reconhecer que as afetações climáticas acarretam deslocamentos territoriais irreversíveis que exigem respostas urgentes baseadas em direitos.
10. A Mulheres Indígenas, os Jovens e as Mulheres com deficiência fazemos um chamado para um Plano de Ação de Gênero ambicioso, mesurável e gênero-transformativo, garantindo



visar e fortalecer as lideranças, os direitos e o consentimento livre, prévio e informado das Mulheres Indígenas e os Jovens sobre as ações climáticas. O Plano de Ação de Gênero deverá integrar o conhecimento tradicional junto com as abordagens científicas, assegurar os recursos adequados para sua implementação e incluir o desenvolvimento de capacidades culturalmente pertinentes para as Mulheres indígenas, os Jovens e as Mulheres e Meninas com deficiência.

Enquanto responsabilizamos os outros, nós também reafirmamos nossa própria responsabilidade como guardiões da Terra e como lideranças ao interior das nossas comunidades e movimentos.

NÓS, POR MEIO DESTA DECLARAÇÃO, NOS COMPROMETEMOS A:

- Fortalecer a coordenação global entre Mulheres Indígenas, Jovens e Povos para influir nos espaços de negociação internacional e avançar em uma agenda comum.
- Defender nossos territórios e terras, culturas, línguas e conhecimento ancestral como um legado vital para a humanidade.
- Apoiar a liderança intergeracional, a transmissão de conhecimentos e o reforço de capacidades para Crianças, Jovens e Mulheres Indígenas.
- Participar ativamente na COP30 e na agenda internacional, com propostas enraizadas em nossos territórios e terras, nossas visões e em harmonia com a Mãe Terra.

Com estes compromissos, nós avançamos em unidade, com base em nossos propósitos compartilhados e sendo guiadas pela sabedoria ancestral que nos conecta através das gerações e de um lado ao outro das nossas terras e territórios.

A Humanidade está em um ponto de inflexão e reverter a crise climática só irá ser possível honrando as soluções que os Povos Indígenas, as Mulheres, os Jovens e as Mulheres e Meninas com deficiência, praticaram durante milênios.

A Justiça Climática é inseparável da justiça para os Povos Indígenas e cada decisão sobre o futuro do planeta deve ser tomada conosco e não “para” nós.

Nós oferecemos nossa mais profunda gratidão para os Povos Indígenas, Mulheres e Jovens do Brasil pelo recebimento no interior dos seus sagrados territórios: espaços de vida, resistência e biodiversidade assim como, por aterrar este momento no espírito da solidariedade, a celebração e o cuidado.



Belém do Pará, Brasil –13 de novembro de 2025.